

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DE INFRAESTRUTURAS OPERACIONAIS DA
ÁGUAS DO TEJO ATLÂNTICO, POR LOTES**

TA_23_058_CI_S_006_DOP

CADERNO DE ENCARGOS

**Lote I – Prestação de Serviços de Limpeza de Infraestruturas Operacionais da
Águas do Tejo Atlântico - Centros Operacionais da Direção Regional Sul, Zona A
(Centros Operacionais da Costa do Estoril, Alcântara, Chelas, Beirolas/São João
da Talha e Alverca)**

**Lote II – Prestação de Serviços de Limpeza de Infraestruturas Operacionais da
Águas do Tejo Atlântico - Centros Operacionais da Direção Regional Sul, Zona B
(Centros Operacionais de Frielas, Mafra e Vila Franca de Xira)**

**Lote III – Prestação de Serviços de Limpeza de Infraestruturas Operacionais da
Águas do Tejo Atlântico - Centros Operacionais da Direção Regional Norte, Zona
A (Centros Operacionais de Lourinhã e Torres Vedras)**

**Lote IV – Prestação de Serviços de Limpeza de Infraestruturas Operacionais da
Águas do Tejo Atlântico - Centros Operacionais da Direção Regional Norte, Zona
B (Centros Operacionais de Alcobaça/Nazaré, Alenquer/Azambuja/Rio Maior e
Bombarral/Cadaval/Óbidos)**

**Lote V – Prestação de Serviços de Limpeza Especial de Infraestruturas
Operacionais da Águas do Tejo Atlântico - Centros Operacionais da Costa do
Estoril, Alcântara, Chelas, Beirolas/São João da Talha, Alverca, Frielas e Vila
Franca de Xira**

JUNHO 2023

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula I.^a

Objeto

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir nos contratos a celebrar que têm por objeto principal a **Aquisição de Serviços de Limpeza de Infraestruturas Operacionais da Águas da Tejo Atlântico, por Lotes**, em conformidade com o definido nos **Anexos I a V** ao presente Caderno de Encargos que dele fazem parte integrante.
2. A prestação de serviços referida no número anterior compreende 5 (*cinco*) Lotes, mais bem especificados no n.º I da cláusula 3.^a do presente Caderno de Encargos:
 - a) Lote I: Prestação de Serviços de Limpeza de Infraestruturas Operacionais da Águas do Tejo Atlântico – Centros Operacionais da Direção Regional Sul, Zona A (Centros Operacionais da Costa do Estoril, Alcântara, Chelas, Beirolas/São João da Talha e Alverca);
 - b) Lote II: Prestação de Serviços de Limpeza de Infraestruturas Operacionais da Águas do Tejo Atlântico – Centros Operacionais da Direção Regional Sul, Zona B (Centros Operacionais de Frielas, Mafra e Vila Franca de Xira);
 - c) Lote III: Prestação de Serviços de Limpeza de Infraestruturas Operacionais da Águas do Tejo Atlântico – Centros Operacionais da Direção Regional Norte, Zona A (Centros Operacionais de Lourinhã e Torres Vedras);
 - d) Lote IV: Prestação de Serviços de Limpeza de Infraestruturas Operacionais da Águas do Tejo Atlântico – Centros Operacionais da Direção Regional Norte, Zona B (Centros Operacionais de Alcobaça/Nazaré, Alenquer/Azambuja/Rio Maior e Bombarral/Cadaval/Óbidos);
 - e) Lote V: Prestação de Serviços de Limpeza Especial de Infraestruturas Operacionais da Águas do Tejo Atlântico – Centros Operacionais da Costa do Estoril, Alcântara, Chelas, Beirolas/São João da Talha, Alverca, Frielas e Vila Franca de Xira.
3. Para um maior detalhe e identificação das infraestruturas abrangidas pela presente Aquisição de Serviços, deve ser consultado o **Anexo III** do presente caderno de encargos.
4. Os requisitos e especificações técnicas em que a presente Aquisição de Serviços irá ser realizada estão descritos nos **Anexos I e II**, respetivamente para os lotes I a IV e Lote V ao presente Caderno de Encargos.

Cláusula 2.^a

Contrato

- I. O contrato integra os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelo(s) interessados(s) e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos (“CCP”);
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos e os seus anexos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta prestados pelo Adjudicatário;
 - f) O clausulado contratual e respetivos anexos.
2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.
3. Os ajustamentos propostos pela Tejo Atlântico nos termos previstos no artigo 99.º do CCP e aceites pelo Adjudicatário, nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo código prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º I da presente cláusula.

Cláusula 3.^a

Local e conteúdo da Prestação de Serviços

O objeto dos contratos incidirá sobre a “**Aquisição de Serviços Limpeza de Infraestruturas Operacionais da Águas da Tejo Atlântico, por Lotes**”, nos termos seguintes:

- a) Lotes I, II, III e IV - Limpeza e desobstrução de coletores, limpeza de estações elevatórias (EE) e de órgãos de estações de tratamento de águas residuais (ETAR), trasfega de lamas entre ETAR, inspeção vídeo de coletores, e de piquete, em observância com as especificações técnicas mencionadas no **Anexo I** e nas infraestruturas constantes do **Anexo III**, tendo em consideração o Mapa de Quantidade de Trabalhos constante do **Anexo IV**, todos ao presente Caderno de Encargos;
- b) Lote V - Limpeza especial e/ou total de estações elevatórias (EE) e de órgãos de estações de tratamento de águas residuais (ETAR) de grande dimensão, em

profundidade, altura e/ou distância, em observância com as especificações técnicas mencionadas no **Anexo II** e nas infraestruturas constantes do **Anexo III**, tendo em consideração o Mapa de Quantidade de Trabalhos constante do **Anexo IV**, todos ao presente Caderno de Encargos.

Cláusula 4.^a

Prazo contratual

1. Os contratos iniciam-se no dia útil seguinte ao da data da sua celebração, mantendo-se em vigor pelo prazo máximo de 24 (*vinte e quatro*) meses, renovando-se automaticamente por 1 (*um*) período de 12 (*doze*) meses, até ao limite máximo de 36 (*trinta e seis*) meses, se não for denunciado por uma das partes com uma antecedência mínima de 60 (*sessenta*) dias úteis relativamente ao termo do prazo inicial, sem prejuízo das obrigações acessórias, as quais perdurarão para além da cessação do contrato.
2. Para efeitos do estabelecido no número anterior, o contrato considerar-se-á celebrado na data de aposição da última assinatura digital.
3. Se, antes de decorrido o prazo mencionado no n.º 1 da presente cláusula, for atingido o pagamento do preço total do contrato, operará o respetivo termo com a encomenda e execução dos serviços que a tal conduzam, e o contrato extinguir-se-á com o pagamento destes, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação deste.

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES DAS PARTES

SECÇÃO I

OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE

Cláusula 5.^a

Obrigações do Cocontratante

I. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente Caderno de Encargos e respetivos anexos, que delem fazem parte integrante, constituem obrigações principais do Cocontratante, as seguintes:

- a) Realizar os trabalhos objeto do contrato, nas instalações indicadas no **Anexo III** ao presente Caderno de Encargos e, em conformidade com as especificações técnicas definidas no **Anexo I** para os Lotes I, II, III e IV e no **Anexo II**, para o Lote V, todos ao presente Caderno de Encargos, com respeito pelas regras, regulamentos e disposições aplicáveis e com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
- b) Executar, pelos preços unitários contratualizados, todos os trabalhos previstos na presente aquisição de serviços, de acordo com as condições mencionadas no presente Caderno de Encargos e respetivos anexos;
- c) Assegurar o fornecimento de água e energia elétrica necessárias à realização da presente aquisição de serviços;
- d) Definir os meios a afetar à execução contratual, tendo em consideração o mencionado no **Anexo I**, no caso dos Lotes I, II, III e IV, e no **Anexo II**, no caso do Lote V, ambos ao presente Caderno de Encargos;
- e) Disponibilizar o número suficiente de técnicos, com qualificação técnico-científica adequada, de forma a garantir uma correta articulação entre o Cocontratante e os representantes da Tejo Atlântico:
 - i. Para os Lotes I, II, III e IV, cada viatura hidrolimpadora deve ser operada, no mínimo, por uma equipa de 2 (*dois*) técnicos, com as funções de motorista e de ajudante;
 - ii. Para o Lote V, cada viatura hidrolimpadora deve ser operada, no mínimo, por uma equipa de 3 (*três*) técnicos com as funções de motorista (*um*) e ajudante (*dois*);
 - iii. O serviço de inspeção vídeo deve ser efetuado, no mínimo, por uma equipa de 2 (*dois*) técnicos com as funções de técnico de inspeção vídeo e de ajudante.
- f) Cumprir o disposto no artigo 419.º-A, aplicável por remissão do n.º 2 do artigo 451.º, ambos do CCP, disponibilizando à Tejo Atlântico, sempre que lhe seja solicitado, os respetivos documentos comprovativos;
- g) Designar um responsável técnico que coordenará e acompanhará, assiduamente, a execução dos trabalhos e exercerá funções de interlocutor junto da Tejo Atlântico. O responsável técnico deverá estar no local dos trabalhos sempre que seja convocado;

- h) Informar a Tejo Atlântico, por escrito, do nome do responsável técnico mencionado na alínea anterior, com indicação da sua qualificação técnica;
- i) Substituir o responsável técnico, sempre que a Tejo Atlântico o ordene, de forma fundamentada e por escrito;
- j) Entregar e apresentar, no prazo de 5 (*cinco*) dias após a data de entrada em vigor do contrato, os modelos de Auto Mensal e Relatório Mensal, para aprovação prévia da Tejo Atlântico;
- k) Listar, mensalmente, em Folhas de Serviço, as intervenções efetivamente realizadas, devendo incluir-se a informação mais importante em cada intervenção e cujos elementos servirão para introdução nos relatórios mensais, mencionados no n.º 2 da cláusula 7.^a ao presente Caderno de Encargos. As folhas de serviço devem ser rubricadas pelos responsáveis do Cocontratante e pela Tejo Atlântico, nos locais de execução dos trabalhos;
- l) Proceder à entrega da documentação solicitada no âmbito da presente aquisição de serviços, de acordo com os prazos contratualizados, indicados na cláusula 7.^a;
- m) Elaborar todos os relatórios, registos, comunicações, atas e demais documentos em português;
- n) Para acompanhamento da execução do contrato, manter, com uma periodicidade definida, reuniões de coordenação com os representantes da Tejo Atlântico (após convocação escrita e elaboração de agenda prévia para cada reunião), das quais deve ser lavrada ata a assinar por todos os intervenientes na reunião;
- o) Prestar as informações que forem solicitadas pela Tejo Atlântico;
- p) Sujeitar-se à ação fiscalizadora da Tejo Atlântico, de acordo com o mencionado na cláusula 19.^a;
- q) Garantir o sigilo quanto à informação a que, o pessoal envolvido nos trabalhos, venha a ter acesso;
- r) Disponibilizar-se para ser auditado, num quadro de verificação de conformidade com os requisitos instituídos, no âmbito da gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho;
- s) Estar preparado para a eventualidade de haver modificações nas áreas definidas para cada Lote e respetivas infraestruturas associadas, por motivo de construção ou desativação de instalações e de reorganização interna da Tejo Atlântico, desde que as mesmas não impliquem a alteração dos preços e meios apresentados na proposta adjudicada;

- t) Estar preparado para a necessidade de uma maior disponibilidade de meios, quer de equipamentos quer de recursos humanos, no caso de serem identificados serviços que assim o exijam;
- u) Estar devidamente preparado para efetuar trabalhos em locais de acesso difícil ou limitado, ou sem acesso, podendo ter que criar as condições de acesso necessárias, a pedido da Tejo Atlântico;
- v) A Tejo Atlântico não se responsabiliza por quaisquer danos causados no equipamento e material afeto à aquisição de serviços, nem por quaisquer danos ou acidentes sofridos pelos agentes, funcionários, colaboradores ou trabalhadores ao serviço do Cocontratante, salvo se resultarem de culpa, devidamente comprovada, dos trabalhadores da Tejo Atlântico, no exercício das suas funções;
- w) Responsabilizar-se pela recuperação dos seus equipamentos, do interior de qualquer infraestrutura da Tejo Atlântico abrangida pela presente aquisição de serviços, sem quaisquer custos para a Tejo Atlântico;
- x) Caso, na situação referida na alínea anterior, seja necessário recorrer a trabalhos de escavação para recolher os equipamentos, os mesmos só poderão ser executados, após a autorização prévia da Tejo Atlântico, sendo os custos de execução e reposição das condições iniciais, assumidos, integralmente, pelo Cocontratante;
- y) Após o fim de cada trabalho, manter os locais dos serviços no estado de limpeza em que os encontrou;
- z) Recolher, armazenar, transportar e eliminar para destino final adequado os resíduos produzidos;
- aa) Responder por todos os atos de quaisquer pessoas que, no âmbito da presente aquisição de serviços, para ele exerçam funções, sem prejuízo da responsabilidade que possa ser exigida pela Tejo Atlântico, a essas mesmas pessoas;
- bb) Assumir a responsabilidade por todos e quaisquer danos e prejuízos causados à Tejo Atlântico e a terceiros, que resultem das suas atividades, exercidas no âmbito do contrato a celebrar, competindo-lhe proceder às reparações necessárias com o devido acompanhamento da Tejo Atlântico, ou a indemnizar quando se trate de danos ou prejuízos em que uma reparação não possa ter lugar (intangíveis);
- cc) Tomar as medidas necessárias para evitar ou minimizar os incómodos à população residente na vizinhança do local da aquisição de serviços e aos utilizadores desses espaços, quando os trabalhos forem executados nas proximidades de locais habitados, especialmente durante o período noturno, ou em vias públicas;

- dd) Comunicar à Tejo Atlântico todos os incidentes ou acidentes suscetíveis de envolver a sua responsabilidade, no prazo de 24 (*vinte e quatro*) horas a contar da sua ocorrência;
 - ee) Cumprir e fazer cumprir as disposições constantes no Manual de Fornecedores da Tejo Atlântico, disponível no sítio eletrónico https://www.aguasdotejoatlantico.adp.pt/sites/aguasdotejoatlantico.adp.pt/files/paginas_base/pdfs/Regulamentos/2018.07.03_manual_de_fornecedores_adta.pdf.
2. A título acessório, o Cocontratante fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à aquisição de serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 6.^a

Conformidade e operacionalidade dos serviços

- 1. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de serviços de consumo e das garantias a ela relativas no que respeita à conformidade dos serviços a prestar.
- 2. O Cocontratante é responsável perante a Tejo Atlântico por qualquer defeito ou discrepância dos serviços objeto do contrato que existam no momento em que os serviços são concluídos.

Cláusula 7.^a

Documentação a entregar pelo Cocontratante

- 1. Ao longo da presente aquisição de serviços, o Cocontratante deve entregar a seguinte documentação à Tejo Atlântico:
 - a) Até ao 2.º (*segundo*) dia do mês seguinte a que diz respeito o serviço, entrega do Auto mensal, com a discriminação dos trabalhos realizados, cujo valor corresponderá ao produto das quantidades mensais das intervenções, efetivamente realizadas, medidas em tempo despendido, em horas, no período respeitante à prestação mensal em causa, pela aplicação dos preços unitários adjudicados;
 - b) Até ao 2.º (*segundo*) dia do mês seguinte a que diz respeito o serviço, entrega do Relatório Mensal, em formato Excel, Word, ou equivalente editável, com a discriminação de todas as operações objeto da aquisição de serviço, por

infraestrutura e com o cumprimento de todas as obrigações emergentes do contrato, devendo constar do mesmo, a seguinte informação:

- i. Indicação da constituição das equipas afetas a cada trabalho;
 - ii. Indicação dos equipamentos afetos a cada trabalho e, nos casos aplicáveis, identificação do seu estado de controlo e apresentação de comprovativos do mesmo;
 - iii. Identificação das principais dificuldades verificadas no desenvolvimento dos trabalhos e soluções encontradas para que as mesmas fossem ultrapassadas;
 - iv. Mapa justificativo dos trabalhos realizados, com indicação do respetivo valor unitário e valor total faturado. A unidade base é a hora e/ou dia;
 - v. Resumo do fluxo de resíduos, com prazo de entrega a definir na primeira reunião de acompanhamento do contrato. Neste resumo deverá constar a informação das eGAR emitidas, incluindo as correções a efetuar em sede de Mapa Integrado de Registo de Resíduos. A informação deverá ser cumulativa, referente ao ano civil em curso. No **Anexo V** ao presente Caderno de Encargos, apresenta-se um modelo de resumo mensal de fluxo de resíduos.
 - vi. Propostas de otimização e melhoria.
- c) Relatórios das inspeções vídeo a coletores, em suporte de papel e digital, com cópia do registo vídeo e fotográfico do serviço e com a informação mencionada no número 5 da cláusula 9.^a do Anexo I ao Caderno de Encargos e que dele faz parte integrante.

Cláusula 8.^a

Receção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato

1. No prazo de 2 (*dois*) dias a contar da entrega dos elementos referentes à execução do contrato, a Tejo Atlântico procede à respetiva análise, com vista a verificar se os mesmos reúnem toda a informação constante na cláusula 7.^a ao presente caderno de encargos, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. Na análise a que se refere o número anterior, o Cocontratante deve prestar a Tejo Atlântico toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.
3. No caso de a análise a que se refere o n.º 1 não comprovar a conformidade dos elementos entregues com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com a informação mencionada na cláusula 7.^a, a Tejo Atlântico deve informar, por escrito, o Cocontratante.
4. No caso previsto no número anterior, o Cocontratante deve proceder, à sua custa e no

prazo razoável que for determinado pela Tejo Atlântico, às alterações e complementos necessários para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.

5. Após a realização das alterações e complementos necessários, a Tejo Atlântico procede a nova análise, nos termos do n.º I.
6. Caso a análise a que se refere o n.º I comprove a conformidade dos elementos entregues pelo Cocontratante com as exigências legais, e neles não sejam detetadas quaisquer discrepâncias com a informação mencionada na cláusula 7.^a, deve ser emitida, no prazo máximo de 7 (sete) dias a contar do termo da análise, uma declaração de aceitação pela Tejo Atlântico.
7. A emissão da declaração a que se refere o número anterior não implica a aceitação de eventuais discrepâncias com as exigências legais ou com a informação mencionada na cláusula 7.^a ao presente caderno de encargos.

Cláusula 9.^a

Transferência de propriedade

Com a declaração de aceitação a que se refere o n.º 6 da cláusula anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos elementos a desenvolver ao abrigo do contrato para a Tejo Atlântico, incluindo os direitos de autor sobre todas as criações intelectuais abrangidas pelos serviços a prestar.

Cláusula 10.^a

Dever de sigilo

1. O Cocontratante obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Tejo Atlântico, de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. O Cocontratante obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.
3. O Cocontratante obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que a Tejo Atlântico lhe indique para esse efeito.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 2 (dois) anos após a extinção das obrigações decorrentes do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a

quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 11.ª

Tratamento de dados pessoais

1. No caso de o Cocontratante necessitar de aceder a dados pessoais no decurso da execução do contrato, deve fazê-lo exclusivamente na medida do estritamente necessário para integral e adequada prossecução dos fins constantes do contrato, na qualidade de subcontratante, e por conta e de acordo com as instruções da Tejo Atlântico, nos termos da legislação aplicável à proteção de dados pessoais.
2. O Cocontratante não pode proceder à reprodução, gravação, cópia ou divulgação dos dados pessoais para outros fins que não constem do contrato, ou para proveito próprio.
3. O Cocontratante deve cumprir rigorosamente as instruções da Tejo Atlântico no que diz respeito ao acesso, registo, transmissão ou qualquer outra operação de tratamento de dados pessoais.
4. O Cocontratante deve proceder à implementação de medidas de segurança de tratamento de dados pessoais e adotar medidas técnicas e organizativas para proteger os dados contra destruição acidental ou ilícita, perda acidental, alterações, difusão ou acesso não autorizados, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos.
5. O Cocontratante deve tomar as medidas adequadas para assegurar a idoneidade dos seus trabalhadores ou colaboradores, a qualquer título, que tenham acesso aos dados pessoais fornecidos pela Tejo Atlântico, ou por quem atue em representação deste.
6. As medidas a que se refere o número anterior devem garantir um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento de dados apresenta, à natureza dos dados a proteger e aos riscos, de probabilidade e gravidade variável para os direitos e liberdades das pessoas singulares.
7. O Cocontratante deve assegurar que o acesso aos dados pessoais é limitado às pessoas que efetivamente necessitam de aceder aos mesmos para cumprir com as obrigações impostas pelo presente contrato e que os trabalhadores, colaboradores ou subcontratados assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitos a adequadas obrigações legais de confidencialidade, e que conhecem e se comprometem a cumprir todas as obrigações aqui previstas, sendo o Cocontratante responsável pela utilização dos dados pessoais por parte dos mesmos.

8. Mediante solicitação escrita da Tejo Atlântico, o Cocontratante deve, no prazo de 15 (quinze) dias, informar quais as medidas tomadas para assegurar o cumprimento dos deveres referidos nos números anteriores.
9. O Cocontratante deve comunicar de imediato à Tejo Atlântico quaisquer reclamações ou questões colocadas pelos titulares dos dados pessoais.
10. O Cocontratante encontra-se adstrito a notificar de imediato a Tejo Atlântico de qualquer monitorização, auditoria ou controlo por parte de entidades reguladoras/de supervisão de que seja objeto.
11. Se o Cocontratante tomar conhecimento, ou suspeitar, de violações de dados pessoais que resultem, ou possam resultar, na destruição acidental ou não autorizada de dados, na perda, alteração, acesso ou revelação não autorizada dos dados, deve notificar, por escrito, a Tejo Atlântico disponibilizando-lhe uma descrição da violação de dados ocorrida, informando-o das categorias e número de titulares de dados afetados, das prováveis consequências da violação, assim como fornecer-lhe qualquer outra informação que a Tejo Atlântico possa razoavelmente solicitar.
12. Quando se verifique uma violação de dados pessoais, por causas imputáveis ao Cocontratante, este compromete-se a adotar as seguintes medidas, sem quaisquer custos adicionais para a Tejo Atlântico:
 - a) Tomar de imediato as medidas necessárias para investigar a violação ocorrida, identificar e prevenir a repetição dessa violação, e encetar esforços razoáveis para mitigar os efeitos dessa violação;
 - b) Desenvolver as ações necessárias para remediar a violação; e
 - c) Documentar todas as circunstâncias referentes à violação para efeitos de controlo por parte da autoridade de supervisão.
13. O Cocontratante obriga-se a ressarcir a Tejo Atlântico por todos os prejuízos em que este venha a incorrer em virtude da utilização ilegal e/ou ilícita de dados pessoais, nomeadamente por indemnizações e despesas em que tenha incorrido na sequência de reclamações ou processos propostos pelos titulares dos dados, bem como por taxas, coimas e multas que tenha de pagar.
14. O incumprimento dos deveres estabelecidos na presente cláusula por parte do Cocontratante e a verificação de inexistência de garantias de *compliance* do Cocontratante é fundamento de resolução do presente contrato com justa causa pela Tejo Atlântico, podendo implicar o dever de indemnização por eventuais violações que lhe sejam imputadas.

Cláusula 12.^a

Conservação de dados pessoais

1. O Cocontratante deve apagar e destruir os dados pessoais tratados quando os mesmos deixarem de ser necessários para a execução do contrato, e sempre em prazo não superior a um ano após a cessação do contrato que esteve na base da licitude do seu tratamento e de acordo com as instruções dadas pela Tejo Atlântico.
2. Dependendo da opção da Tejo Atlântico, o Cocontratante apagará ou devolverá todos os dados pessoais, depois de concluída a execução do contrato, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo da legislação aplicável.

Cláusula 13.^a

Transferência de dados pessoais

O Cocontratante não pode transferir quaisquer dados pessoais para outra entidade, independentemente da sua localização, salvo autorização prévia e escrita da Tejo Atlântico, exceto se o Cocontratante for obrigado a fazê-lo pela legislação aplicável, ficando obrigado a informar, nesse caso, a Tejo Atlântico antes de proceder a essa transferência.

Cláusula 14.^a

Dever de cooperação

O Cocontratante deve cooperar com a Tejo Atlântico, mediante solicitação, designadamente nas seguintes situações:

- a) Quando um titular de dados pessoais exerça os seus direitos ou cumpra as suas obrigações nos termos da legislação aplicável, relativamente aos dados pessoais tratados pelo Cocontratante em representação da Tejo Atlântico;
- b) Quando a Tejo Atlântico deva cumprir ou dar sequência a qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação da Comissão Nacional de Proteção de Dados ou entidade administrativa com atribuições e competências legais equiparáveis.

SECÇÃO II

OBRIGAÇÕES DA TEJO ATLÂNTICO

Cláusula 15.^a

Preço base, Preço contratual e Revisão de preços

1. Pela aquisição de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Tejo Atlântico deve pagar ao Cocontratante, o preço constante na proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço contratual não pode ser superior a 4.900.000,00€ (*quatro milhões e novecentos mil euros*), para 36 (*trinta e seis*) meses de duração máxima do contrato, tendo em consideração a seguinte divisão para cada um dos 5 (*cinco*) Lotes, objeto do contrato, nomeadamente:
 - a) Lote I: Centros Operacionais da Direção Regional Sul, Zona A: 1.205.000,00€ (*um milhão e duzentos e cinco mil euros*);
 - b) Lote II: Centros Operacionais da Direção Regional Sul, Zona B: 1.205.000,00€ (*um milhão e duzentos e cinco mil euros*);
 - c) Lote III: Centros Operacionais da Direção Regional Norte, Zona A: 1.095.000€ (*um milhão e noventa e cinco mil euros*);
 - d) Lote IV: Centros Operacionais da Direção Regional Norte, Zona B: 1.095.000€ (*um milhão e noventa e cinco mil euros*);
 - e) Lote V: Centros Operacionais da Costa do Estoril, Alcântara, Chelas, Beirolas/São João da Talha, Alverca, Frielas e Vila Franca de Xira: 300.000,00€ (*trezentos mil euros*).
3. Os preços referidos no número anterior incluem todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Tejo Atlântico, incluindo despesas de alojamento, alimentação, deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
4. Os preços do contrato serão atualizados anualmente, após 1 (um) ano de contrato, por aplicação da seguinte fórmula:

$$C = IPC_t / IPC_0$$

na qual:

- IPC_t e IPC_0 são os índices de preço no consumidor (sem habitação), respetivamente do ano em que foram efetuados os trabalhos a que diz respeito a fatura e do mês anterior à data da apresentação da proposta;

- C é o fator multiplicativo a aplicar aos preços em revisão.
5. Só haverá lugar a atualização de preços quando a variação, para mais ou para menos, do coeficiente de atualização, for igual ou superior a 1% (*um por cento*) em relação à unidade.

Cláusula 16.^a

Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela Tejo Atlântico, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas mensalmente, no prazo de 30 (*trinta*) dias após a receção por esta das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após vencimento da obrigação respetiva, no valor resultante da aplicação dos preços unitários às quantidades efetivamente executadas, para cada um dos 5 (*cinco*) lotes.
2. Para efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a entrega e aprovação prévia, pela Tejo Atlântico, do auto mensal indicado no n.º 1 da cláusula 7.^a e nos termos do n.º 6 da cláusula 8.^a.
3. Em caso de discordância por parte da Tejo Atlântico quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar, por escrito, ao Cocontratante, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. A falta de pagamento dos valores contestados pela Tejo Atlântico não vence juros de mora nem justifica a suspensão das obrigações contratuais do Cocontratante, devendo, no entanto, a Tejo Atlântico proceder ao pagamento da importância não contestada.
5. Desde que devidamente emitidas e observando o disposto nos n.ºs 1 e 2, as faturas são pagas através de transferência bancária para a instituição de crédito indicada pelo Cocontratante.
6. No caso de suspensão da execução do contrato e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao Cocontratante serão automaticamente suspensos por igual período.

Cláusula 17.^a

Faturação

1. As faturas a apresentar pelo Cocontratante à Tejo Atlântico, emitidas em formato eletrónico (EDI) em observância com o disposto no artigo 299.º-B do CCP, devem conter os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados, os quais devem ser apresentados de forma desagregada.
1. A faturação deve obedecer às seguintes condições:
 - a) Ser emitida mensalmente, após a realização dos serviços da aquisição de serviços objeto do contrato;
 - b) Conter o número da nota de encomenda emitida pela Tejo Atlântico;
 - c) Identificar os serviços prestados, os locais e o período a que respeita, anexando-se o auto mensal referido no n.º 1, da cláusula 7.ª do presente Caderno de Encargos;
 - d) Apresentar os preços unitários e global dos serviços prestados;
 - e) Indicar o IVA à Taxa legal aplicável.
2. A Tejo Atlântico aderiu ao Portal da FE-AP para a receção de documentos em formato eletrónico (EDI), sistema suportado pela empresa eSPap – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P..
3. Para informação sobre a adesão ao referido portal deverá o Cocontratante consultar a informação disponível em: <https://www.aguasdotejoatlantico.adp.pt/content/faturacao-eletronica>;
4. Em caso de incumprimento da periodicidade da faturação, definida na cláusula anterior, resultante de facto não imputável à Tejo Atlântico, não acrescem quaisquer juros de mora;
5. A emissão de segundas vias das faturas solicitadas pela Tejo Atlântico não será objeto de qualquer cobrança adicional.

Cláusula 18.ª

Execução simultânea de outros serviços da mesma natureza

1. A Tejo Atlântico reserva-se o direito de realizar ou de mandar realizar por terceiros, sem prejuízo da execução normal do contrato, quaisquer serviços, ainda que de natureza idêntica aos serviços a cargo do Cocontratante.
2. Quando o Cocontratante considerar que o desempenho das suas obrigações contratuais está a ser comprovadamente prejudicado em virtude da realização de serviços por terceiros, poderá apresentar a sua reclamação por escrito à Tejo Atlântico no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da data de ocorrência.

SECÇÃO III

ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 19.^a

Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato

- I. A execução do contrato é permanentemente acompanhada pelo gestor do contrato designado pela Tejo Atlântico, para cada um dos 5 (*cinco*) lotes:
 - a) Lotes I, II e V:
 - Gestor do contrato: Pedro Barata
 - Morada: ETAR de Alcântara, Avenida de Ceuta. 1300-254 Lisboa
 - Telefone n.º +351 213 107 900
 - Correio eletrónico: geral.adta@adp.pt
 - b) Lotes III e IV:
 - Gestor do contrato: Hugo Cunha
 - Morada: ETAR de Alcântara, Avenida de Ceuta. 1300-254 Lisboa
 - Telefone n.º +351 213 107 900
 - Correio eletrónico: geral.adta@adp.pt
2. No exercício das suas funções, o gestor do contrato pode acompanhar, examinar e verificar, presencialmente, a execução do contrato pelo Cocontratante.
3. Caso o gestor do contrato detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, determina ao Cocontratante, em relatório fundamentado, as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.
4. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato não exime o Cocontratante de responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.
5. A Tejo Atlântico, reserva-se ao direito de proceder, sempre que julgue necessário, e sem aviso prévio, a inspeções e auditorias às atividades de manutenção realizadas pelo Cocontratante, efetuadas por si ou por entidades em que tenha delegado essas funções. O Cocontratante neste âmbito, deverá apresentar evidências objetivas do que argumenta.
6. A Tejo Atlântico reserva-se o direito de, relativamente a todos os equipamentos instalados ou beneficiados, efetuar periodicamente inspeções ou auditorias técnicas pelos fabricantes,

representantes autorizados ou por outras entidades tecnicamente reconhecidas, cujos custos serão suportados pela Tejo Atlântico não dispensando este procedimento, a realização, por parte do Cocontratante, dos trabalhos de instalação, manutenção ou beneficiação aos citados equipamentos, a que fica sujeito de acordo com o estabelecido no presente Caderno de Encargos.

7. Sempre que o resultado das auditorias referidas nos números 5 e 6 demonstrarem incumprimento das cláusulas do Contrato, o Cocontratante obriga-se a apresentar, no prazo máximo de 15 (*quinze*) dias, um plano de resolução das não conformidades que, uma vez aprovado pela Tejo Atlântico, deverá ser implementado de imediato pelo Cocontratante.

CAPÍTULO III

MODIFICAÇÃO, INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 20.^a

Cessão da posição contratual e subcontratação do Cocontratante

1. Além da situação prevista na alínea a) do n.º I do artigo 318.º do CCP, o Cocontratante pode ceder a sua posição contratual, na fase de execução do contrato, mediante autorização da Tejo Atlântico.
2. Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o Cocontratante deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do CCP.
3. A Tejo Atlântico deve pronunciar-se sobre a proposta do Cocontratante, no prazo de 30 (*trinta*) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, a mesma não se pronunciar expressamente.
4. Em caso de incumprimento, pelo Cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, a Tejo Atlântico pode determinar que o Cocontratante ceda a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser indicado pela Tejo Atlântico, pela ordem sequencial daquele procedimento.

5. A cessão da posição contratual a que se refere o número anterior opera por mero efeito do ato da Tejo Atlântico, sendo eficaz a partir da data por esta indicada.
6. A subcontratação pelo Cocontratante depende de autorização da Tejo Atlântico, nos termos do CCP.

Cláusula 21.ª

Sanções Contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Tejo Atlântico pode exigir do Cocontratante o pagamento de sanções contratuais, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento.
2. A Tejo Atlântico pode, designadamente, exigir do Cocontratante, o pagamento de sanções contratuais, nos seguintes termos:
 - a) Pela não realização de um trabalho programado, por falta de comparência: 80% (*oitenta por cento*) do valor do serviço em questão;
 - b) Pelo atraso no início dos serviços, superior a 2 (*duas*) horas: 70% (*setenta por cento*) do valor do serviço em questão;
 - c) Apenas para os Lotes I a IV, no caso de não realização de um serviço, no prazo de 3 (*três*) horas, após a solicitação do serviço tipo piquete: 60% (*sessenta por cento*) do valor do serviço em questão;
 - d) Pela não disponibilização do número mínimo de viaturas hidrolimpadoras, definido para cada Lote, de acordo com as cláusulas 3.ª e 4.ª dos **Anexo I e II**, ambos ao presente Caderno de Encargos, e sempre que solicitado pela Tejo Atlântico: 90% (*noventa por cento*) do valor do serviço solicitado de maior valor;
 - e) Pela não disponibilização do número mínimo de meios humanos definido para cada Lote, de acordo com as alíneas e) e g) da cláusula 5.ª do presente Caderno de Encargos: 80% (*oitenta por cento*) do valor do serviço solicitado de maior valor;
 - f) Pela não disponibilização dos meios técnicos adequados para a correta e eficiente execução da aquisição de serviços, definido para cada Lote, de acordo com as cláusulas 3.ª e 4.ª dos **Anexos I e II**, ambos ao presente Caderno de Encargos: 70% (*setenta por cento*) do valor do serviço em questão;
 - g) Caso o Cocontratante não assuma a inteira responsabilidade pela recolha, armazenamento, transporte e eliminação, para destino final adequado, dos resíduos

- produzidos na aquisição de serviços: 80% (*oitenta por cento*) do valor do serviço em questão;
- h) Pela não substituição de uma viatura hidrolimpadora avariada, por outra com características idênticas, passadas 4 (*quatro*) horas da ocorrência: 50% (*cinquenta por cento*) do valor do serviço em questão;
 - i) Pela utilização de meios não especificados na proposta e que não tenham sido devidamente aprovados pela Tejo Atlântico: 40% (*quarenta por cento*) do valor do serviço em questão;
 - j) Pelo incumprimento das normas de Segurança e Saúde no Trabalho (SST), nomeadamente a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), adequados para a correta e segura execução dos serviços: 80% (*oitenta por cento*) do valor do serviço em questão;
3. Caso as sanções se reportem a serviços que acabem por não ser efetuados, por incumprimento do Cocontratante, o seu valor será multiplicado por sete, relativamente ao preço unitário adjudicado para o tipo de serviço em questão.
 4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a Tejo Atlântico tem em conta, nomeadamente a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do Cocontratante e as consequências do incumprimento.
 5. O valor acumulado das sanções contratuais não pode exceder o limite máximo de 20% (*vinte por cento*) do preço contratual.
 6. Nos casos em que seja atingido o limite de 20% (*vinte por cento*) e a Tejo Atlântico decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30% (*trinta por cento*).
 7. A Tejo Atlântico pode descontar o valor das sanções contratuais devidas nos termos da presente cláusula nos pagamentos devidos ao Cocontratante.
 8. As sanções contratuais previstas na presente cláusula não obstam a que a Tejo Atlântico exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 22.^a

Força Maior

1. Não podem ser impostas sanções contratuais ao Cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
2. Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:
 - a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;
 - b) Sejam alheias à sua vontade;
 - c) Não fossem por elas conhecidas ou previsíveis à data da celebração do contrato; e
 - d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.
3. Não constituem força maior, designadamente, quando aplicáveis:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Cocontratante, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Cocontratante de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Cocontratante não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A parte que invocar caso força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.
5. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo Cocontratante das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (*trinta*) dias, autoriza a Tejo

Atlântico a resolver o contrato ao abrigo do n.º I do artigo 335º do CCP, não tendo o Cocontratante direito a qualquer indemnização.

Cláusula 23.^a

Resolução do contrato por parte da Tejo Atlântico

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos no CCP e neste Caderno de Encargos, a Tejo Atlântico pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o Cocontratante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Cocontratante e não implica a repetição das prestações já realizadas pelo mesmo nos termos previstos no presente Caderno de Encargos, a menos que tal seja expressamente determinado pela Tejo Atlântico.
3. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do Cocontratante pode ser-lhe exigida uma pena pecuniária de até 20% (*vinte por cento*) do preço contratual.
4. Ao valor da pena referida no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo Cocontratante ao abrigo da cláusula 21.^a relativamente aos serviços objeto do contrato cujo incumprimento tenha determinado a respetiva resolução sancionatória.
5. O disposto no n.º 3 não prejudica o direito de indemnização nos termos gerais, não obstando a que a Tejo Atlântico exija uma indemnização pelos danos excedentes.
6. A resolução será comunicada ao Cocontratante através de carta registada, com aviso de receção, e só terá efeitos passados 60 (*sessenta*) dias da notificação, mantendo-se durante este período todas as condições contratuais.

Cláusula 24.^a

Resolução por parte do Cocontratante

1. O Cocontratante pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332º do CCP.
2. Salvo na situação prevista na alínea c) do n.º I do artigo 332º do CCP, o direito de resolução é exercido por via judicial.

3. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Cocontratante, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

Cláusula 25.^a

Execução da Caução

1. A caução prestada, nos termos do Programa do Concurso, para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, pode ser executada pela Tejo Atlântico, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo Cocontratante das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de sanções, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.
2. A resolução do contrato pela Tejo Atlântico não impede a execução da caução, contanto que para isso haja motivo.
3. Salvo no caso previsto no número anterior, a execução parcial ou total da constitui o Cocontratante na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes dessa mesma execução, no prazo de 15 (*quinze*) dias após a notificação da Tejo Atlântico para esse efeito.
4. A caução a que se referem os números anteriores é liberada nos termos do artigo 295.º do CCP.

Cláusula 26.^a

Seguros

1. É da responsabilidade do Cocontratante, a cobertura, através de contrato de seguro, dos riscos inerentes à atividade objeto do contrato, designadamente:
 - a) Responsabilidade Civil que garanta a cobertura dos riscos e danos direta ou indiretamente emergentes da sua atuação;
 - b) Acidentes de Trabalho para todos os membros da equipa designada.
2. A Tejo Atlântico pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o Cocontratante prestá-la no prazo de 5 (*cinco*) dias.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 27.^a

Deveres de informação

1. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de qualquer circunstância, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento tempestivo de qualquer uma das obrigações.
3. No prazo de 15 (*quinze*) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

Cláusula 28.^a

Comunicações

1. Salvo quando o contrário resulte do contrato, quaisquer comunicações relativas à execução do contrato devem ser efetuadas através de carta registada com aviso de receção ou por correio eletrónico, entre o Gestor designado pela Tejo Atlântico, conforme identificado na cláusula 19.^a do presente Caderno de Encargos e o Cocontratante, para os contactos identificados em declaração do Cocontratante, nos termos do Anexo X do Programa do Concurso.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte, no prazo de 15 (*quinze*) dias.
3. Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada pelos serviços postais.
4. Qualquer comunicação feita por correio eletrónico é considerada recebida na data constante do respetivo recibo de receção e leitura remetido pelo recetor ao emissor.

Cláusula 29.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com renúncia expressa a qualquer outro.

Cláusula 30.^a

Direito aplicável e natureza do contrato

O contrato rege-se pelo direito português e tem natureza administrativa.

Cláusula 31.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no presente caderno de encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, aplicando-se à contagem dos prazos as demais regras constantes do artigo 471º do CCP.

Junta:

ANEXO I – Especificações Técnicas relativas aos Lotes I, II, III e IV

ANEXO II - Especificações Técnicas relativas aos Lote V

ANEXO III – Localização e caracterização das Instalações afetas à aquisição de serviços

ANEXO IV – Mapa de Quantidade de Trabalhos associados à aquisição de serviços

ANEXO V - Modelo de Fluxo de Resíduos

ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS RELATIVAS AOS LOTES I, II, III E IV

(Documento Autónomo)

ANEXO II

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS RELATIVAS AO LOTE V

(Documento Autónomo)

ANEXO III

LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS AFETAS À AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

(Documento Autónomo)

ANEXO IV

MAPA DE QUANTIDADE DE TRABALHOS ASSOCIADOS À AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

(Documento Autónomo)

ANEXO V

MODELO DE FLUXO DE RESÍDUOS

(Documento Autónomo)